

Acordo legitima sucessão

Mais um passo foi dado contra qualquer expectativa golpista ou de reversão do curso sucessório, através do acordo de ontem, que valoriza o papel dos líderes políticos no Congresso na atual fase, e que também ressalta a confiança dos dois candidatos em conquistar sua eleição por via exclusivamente política.

O acordo afastou de vez do cenário políticos qualquer presunção de que uma ação intervencionista do Palácio do Planalto possa voltar a despertar ilusões como a da prorrogação dos mandatos parlamentares e o do próprio Presidente da República. O estabelecimento desse acordo constituiu também um dique ainda mais forte a represar eventuais tentativas de reavistação do fato militar como condicionador da sucessão.

A um só tempo, foram alcançados vários objetivos, todos de natureza política, valorizando o atual momento de transição. O Congresso volta a ser palco de relevantes acontecimentos, desviando o eixo de influência institucional do Palácio do Planalto e dos quartéis-generais, o que faz restituir ao meio político a capacidade de iniciativa, colocada terra abaixo por episódios de pouca elevação, como a visita do presidente do Congresso Nacional, senador Moacyr Dalla, a um próprio do Exército.

O acordo para a regulamentação do Colégio Eleitoral também contribui para a redução de uma expectativa de radicalização da campanha eleitoral, visto que as regras do jogo passam ser rígidas e públicas, sob a guarda de observadores da Justiça Eleitoral, premiando o processo de seleção de delegados das Assembleias Legislativas ao Colégio com uma configuração mais democrática que são as sessões públicas.

Outra contribuição desse acordo político de ontem é a possibilidade de redução dos níveis de dissimulação política na sucessão presidencial. O verdadeiro poder de mobilização política dos governadores do PDS será por exemplo, aferido com a realização das sessões públicas para a escolha delegados das Assembleias. E essa situação favorece o candidato oposicionista Tancredo Neves na medida em que esses governadores obtiveram de fa-

to uma faixa de liderança pessoal, capaz de empurrar as bases pedessistas estaduais para a campanha aliancista.

Do contrário, os governadores do PDS tendem rapidamente a perder sua posição de liderança, e o pior, tendem a comprometer os espaços político-eleitorais conquistados na eleição de 82, se assitirem à complementação de acordos diretos entre os deputados federais e estaduais, e os candidatos antes que tenham claramente se definido por um ou por outro. Em Alagoas, somente a muito custo o deputado Paulo Maluf teria evitado a ratificação de seu acordo com a base estadual para aguardar que o governador Divaldo Suruagy anuncie sua definição de apoio sucessório, tendo em vista preservar sua liderança política.

Em Sergipe, o governador João Alves está da mesma forma comprimido entre a oligarquia dos Franco, que domina o Estado, o desejaria obter do candidato oficial, para vir a lhe apoiar, todas as garantias de que será o instrumento do futuro governo federal na política sergipana, caso o deputado Paulo Maluf vença no Colégio Eleitoral. E de se revelar a propósito que o governador de Sergipe já estava pronto para aderir ao candidato do governo no dia seguinte à convenção nacional do PDS, mas foi aconselhado a aguardar um tempo mais à frente para a obtenção de melhores barganhas pessoais com a sua adesão.

Com a celebração do acordo político, ontem ficou mais estreita a possibilidade de ganho de tempo pelos governadores além desse mês, o que faz pressupor que a sucessão presidencial chegue ao início do recesso do Congresso, e à antevespera das festas, com a embocadura sucessória plenamente definida. Será de resto melhor para a saúde dos candidatos e para a saúde cívica do País, podendo o virtual ganhador organizar seu plano de governo e escolher os ministros bem distante, no plano histórico, das ilusões de emergência que ainda povoam as mentes de alguns incautos. A ação política voltou a imperar, e foi capaz de legitimar ontem o Colégio Eleitoral, para atestar o seu vigor.

LEONARDO MOTA NETO